

Escalonamento impede superávit

BRASÍLIA — A proposta do presidente José Sarney aos governadores de escalonamento no pagamento das dívidas externas de estados e municípios, acaba com as pretensões dos ministros da Fazenda e do Planejamento, Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, que esperavam obter em 1989 superávit de 0,07% do PIB. Se o novo sistema de rolagem das dívidas prevalecer haverá, na realidade, déficit de Czs 250 bilhões (a preços de junho) ou 0,32% do PIB.

A posição dos governadores, que querem a rolagem de 90% das dívidas, causará déficit de Czs 330 bilhões. A perda de receita será superior ao orçamen-

to previsto para o Ministério da Saúde no próximo ano, fixado em Czs 237 bilhões. Os secretários da Fazenda de São Paulo e do Rio de Janeiro, José Machado de Campos Filho e Antônio Cláudio Sochaczewsky, respectivamente, se reuniram ontem à noite com o ministro João Batista de Abreu para propor o pagamento em 1989 do mesmo valor pago este ano.

Segundo estudos realizados por técnicos da Seplan, a rolagem de 75%, incluindo os estoques e mais os serviços da dívida e juros a vencer no próximo ano, permitirão ao governo, junto com outras medidas do ajuste fiscal, conseguir um superávit de 0,07% do PIB em 89.

Com a proposta de escalonamento, em cascata, os seguintes estados poderão rolar 100%: Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Sergipe.

Para concluir quais os estados que terão perda com a rolagem da dívida escalonada, a Seplan levou em consideração os ganhos adicionais de receita que terão em 1989 com a nova Constituição. Nesta situação, apenas Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo terão déficit.